

EXERCÍCIO DE DIREITO DE ACESSO, PORTABILIDADE, RETIFICAÇÃO, OPOSIÇÃO, APAGAMENTO E LIMITAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome⁽¹⁾ _____

NIF / NIPC ⁽²⁾ _____ NIC ⁽¹⁾⁽⁴⁾ _____ Validade _____

Morada⁽²⁾ _____

Código Postal⁽²⁾ _____ - _____ Freguesia/União⁽²⁾ _____

Concelho⁽²⁾ _____ Telefone/Telemóvel⁽³⁾ _____

E-mail⁽³⁾ _____

Vem na qualidade de: Próprio Representante Outro _____

Se for o representante: Código de consulta da procuração online _____

Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para: Endereço eletrónico SMS

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO

Vem exercer o direito de:

Consulta / Acesso aos Dados

Suporte CD / DVD

Email

Papel

Portabilidade dos Dados

Formato pretendido:

Papel

Digital

Formato: _____

Retificação / Atualização dos Dados

Oposição ao tratamento dos dados

Apagamento/Eliminação dos Dados

Limitação do tratamento dos dados

Observações: _____

(1) Obrigatório

(2) Opcional

(3) Uma das opções é de preenchimento obrigatório

(4) Número de Identificação Civil (Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão/Passaporte)

EXERCÍCIO DE DIREITO DE ACESSO, PORTABILIDADE, RETIFICAÇÃO, OPOSIÇÃO, APAGAMENTO E LIMITAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

No cumprimento do disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, retificado em 23 de maio de 2018 e em 4 de março de 2021, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e em conformidade com a [Política de Privacidade](#) que se encontra publicada na página oficial do Município e disponível nos locais de atendimento ao público, informa-se que os dados agora recolhidos são confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o fim a que se destinam, ficando os mesmos registados na base de dados da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pelo período legal adequado às razões que o determinem.

Data:

O/A requerente/representante,

Fundamentação legal: nos termos dos considerandos (65) a (70) e dos artigos 15.º a 21.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional do mencionado Regulamento Europeu, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março, do Regulamento Municipal n.º 6/2019, de 13 de dezembro, relativo à recolha, tratamento e livre circulação de dados pessoais, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 240 e do Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local, anexo à Portaria n.º 112/2023, de 27 de abril.